

PROCESSO TRT 15ª REGIÃO Nº. 01582-2008-043-15-00-3-RO – Publicação: 23/04/2010

RECURSO ORDINÁRIO

3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPINAS

RECORRIDO: SUPERMERCADO GALASSI LTDA

JUIZ SENTENCIANTE: ANA FLÁVIA DE MORAES GARCIA CUESTA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – CUSTAS – AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. Dispõe o art. 18 da Lei Federal nº. 7.347, de 24 de julho de 1985, na redação que lhe foi dada pelo artigo 116 da Lei nº. 8.078, de 11.09.1990, que nas ações de que tratam a referida Lei não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais. A irrisignação merece prosperar, pois o STJ, ao enfrentar a questão, firmou entendimento de que a parte autora na Ação Civil Pública é dispensada da antecipação do pagamento de custas e quaisquer outras despesas processuais. Recurso conhecido e provido.

PROCESSO TRT 15ª REGIÃO Nº 01562-2008-043-15-00-2 RO – Publicação: 14/08/2009

RECURSO ORDINÁRIO – 4ª CÂMARA

RECORRENTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPINAS, PAULÍNIA E VALINHOS

RECORRIDO: COVABRA SUPERMERCADOS LTDA

ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

JUÍZA SENTENCIANTE: ANA FLÁVIA DE MORAES GARCIA CUESTA

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUSTAS. Os legitimados à propositura da ação civil pública, inclusive os sindicatos, estão dispensados das custas, salvo comprovada má-fé, a teor do art. 18 da Lei 7.347/85.